

▶ LUTA

Movimento Antimanicomial realiza ato na Assembleia Legislativa de São Paulo

Com intenção de pedir a criação de uma frente parlamentar, no dia 8 de março aconteceu, no Auditório Franco Montoro, uma audiência pública sob a coordenação do Deputado Carlos Giannazi (PSOL) para pedir a criação de uma Frente Parlamentar Antimanicomial na Assembleia Legislativa.

Como tema, esta mobilização também chamada de #OcupeAlesp teve o auditório lotado, contando com cerca de 350 pessoas.

Além dos militantes, usuários e familiares provindos de ongs, associações e fóruns da luta antimanicomial de cidades como Araras, AB-

CDMRR – Paulista, Sorocaba, Campinas, Presidente Prudente, Baixada Santista e Belo Horizonte, o ato também contou com a presença de representantes de entidades inter-setoriais que defendem diretrizes da Reforma Psiquiátrica Brasileira, como o Movimento da População Moradora de Rua, SindPsi, CEDECA Interlagos, além da participação de profissionais da área de assistência social, psicologia, direito, enfermagem, etc., como Rafael Marmo, psicólogo sanitário e ativista dos movimentos populares de saúde e educação.

Cartazes e faixas foram levados ao auditório com

mensagens contra a política de higienização e internação compulsória adotadas em SP, segundo denúncias, principalmente na região central da capital paulista, conhecida também por Cracolândia.

Entre as autoridades presentes que apoiaram a instalação da frente parlamentar estavam os deputados Marcos Martins e Adriano Diogo, ambos do PT. Durante momento de fala, Adriano Diogo ressalta: “neste ano, dois fatos gravíssimos ocorreram em São Paulo: a desocupação do bairro Pinheirinho, em São José dos Campos, e ocupação da Cracolândia”, considerando assim como uma verdadeira



Ato contou com presença de representantes de entidades intersetoriais

mostra do Estado policial que vem comandando São Paulo. “Tortura não é o jeito normal de tratar o povo”, afirma o deputado.

Presidente da Associação Brasileira de Saúde Mental (ABRASME) e membro da Fundação Oswaldo Cruz, do Rio de Janeiro, o professor Paulo Amarante lamentou a acomodação após aprovação

da Lei da Reforma Psiquiátrica, pois se esperava uma ação do Estado, considerando também como um retrocesso à política atual contra pessoas com transtornos mentais e usuários de drogas.

“Esta política irradia ondas fascistas em toda sociedade”, disse o professor e psicanalista Antonio Lancetti, sobre a ocupação na Cracolândia. Para maiores detalhes sobre o Ocupe Alesp acesse www.antimanicomials.wordpress.com.

Mario A. Moro

1º Congresso Nacional em Salvador fortalece Movimento Nacional da População de Rua

Com o objetivo de discutir estratégias de reivindicação das políticas sociais e organização do próprio Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) foi realizado, na cidade de Salvador - Praia de Itapuã (BA), entre os dias 19 e 21 de março, com o tema “Protagonizando Histórias e Garantindo Direitos” o 1º Congresso Nacional do Movimento da População de Rua. Com participação de mais de 300 pessoas vindas em caravanas de diversos estados brasileiros, este Congresso destacou a caminhada pela força, organização e mobilização da população de rua em território nacional.

No que se refere à organização nacional, os participantes aprovaram o regimento interno e a carta de princípios do MNPR. “Foi emocionante ver o envolvimento da população em situação de rua na construção dos documentos que serão a base para a política e a orga-

nização nacional do Movimento”, destaca Ivonete Gardini, representante do Sefras.

Para Lúcia Lopes, do Conselho Federal de Serviço Social “o 1º Congresso Nacional do MNPR foi fundamental, pois discutimos estratégias que poderão possibilitar avanços na direção do atendimento das necessidades e interesses da população, ainda que o maior salto tenha sido político-organizativo”.

Durante acolhimento voltado a todos os participantes, Maria Lúcia Pereira, representante do MNPR em Salvador destaca: “quando é que se poderia imaginar, há alguns anos, um congresso de moradores de rua? Hoje não estamos aqui pedindo cobertor e sopa, mas discutindo políticas públicas”.

Na composição da mesa de debate estiveram presentes Maria do Rosário, ministra da Secretaria Especial de Direitos Humanos da presidência da república, que escutou atenta-



Congresso destacou a caminhada pela força, organização e mobilização da população de rua em território nacional

mente as reivindicações do Movimento. Uma grande conquista do MNPR, na Bahia, foi o programa assinado pelo Governo do Estado durante o Congresso, chamado de “Bahia Acolhe”.

Desde quando o Movimento foi fundado, em 2005, essa é a primeira vez que se reúne um número tão significativo de representações de outros estados. Antes o Movimento estava organizado apenas em SP, BH, DF, PR e BA, agora ampliou

para RS, SC, ES, RJ e CE. Por causa dessa ampliação da luta, o Congresso precisou repensar a organização interna para qualificar a articulação nacional.

Militante do MNPR de São Paulo, Athila, integrante da Caravana Paulista composta por 33 pessoas, ressaltou que “durante o 1º Congresso ficou acordado que os próximos deverão ocorrer de dois em dois anos, tendo a cidade de Curitiba, no Paraná, sido escolhida para sediar o 2º Congresso em 2014, e que a coordenação nacional do MNPR surgirá a partir da indicação dos estados onde o Movimento está organizado”.

Em apoio ao MNPR, du-

Repercussão do Congresso no Sefras

A coordenadora do Centro Franciscano de Atendimento e Proteção à População de Rua – “Chá do Padre” Ivonete Gardini participou do Congresso para que o Sefras contribua com a mobilização de pessoas em situação de rua para que se juntem ao movimento. De acordo com a coordenadora, quando a carta de princípios e o regimento interno do MNPR estiverem prontos, a proposta será socializar com os demais serviços do Sefras e também com os participantes do “Chá”. Ivonete avaliou o Congresso como uma grande conquista para a população de rua do Brasil e considerou que o MNPR, a partir desse evento, começa escrever uma nova história. Maiores articulações do MNPR no site www.falarua.org.br.

rante o Congresso, o Conselho Federal de Serviço Social lançou um manifesto chamado *Pelo Direito à Vida e Dignidade da Pessoa em Situação de Rua*.

Mario A. Moro